

Article

A Importância dos Agentes Desportivos Autárquicos no Desenvolvimento do Desporto: Estudo Realizado no Distrito de Viseu

The Importance of Local Sports Agents in the Development of Sport: Study Carried Out on the District of Viseu

António Azevedo e Pau Eira

Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação

RESUMEN

A imagem do Desporto atual revela-nos uma grande variedade de facetas, contornos e sentidos, entre os quais se relevam os valores de socialização, educação e formação humanas. Com base nestes pressupostos, a presente investigação é centrada nas autarquias e na sua ligação com o Desporto local, cujo escopo visa a caracterização dos agentes desportivos autárquicos do distrito de Viseu, com enfoque na comparação do género como indicador primordial. Para a consecução do estudo foram inquiridas as 24 autarquias que compõem o distrito, assinalando a sua posição nas comunidades desportivas que lhes são afetas. Os resultados apurados sintetizam-se nas principais conclusões: 1. As organizações desportivas autárquicas ocupam um lugar de demarcada importância no desenvolvimento do Desporto local, sendo essencial aumentar o número de associados para expandir, ainda mais, a sua dimensão social; 2. Ainda que verificadas dissemelhanças no número e género dos inquiridos, não se verificaram diferenças significativas entre os indivíduos do sexo masculino e feminino nos indicadores inferenciais estabelecidos; 3. A atribuição de um organismo específico da área do desporto potenciará a execução de políticas desportivas mais democráticas e participativas.

La imagen actual del deporte revela una amplia variedad de facetas, contornos y significados, entre los que destacan los valores de socialización, educación y la formación humana. Partiendo de estas premisas, la presente investigación se centra en los municipios y su relación con el deporte local, cuyo alcance está dirigido a la caracterización de los agentes deportivos municipales en el distrito de Viseu, centrándose en la comparación de género como un indicador principal. Para el estudio fueron encuestados los 24 municipios que conforman el distrito, indicando su posición en las comunidades deportivas de su contexto. Los resultados obtenidos se resumen en las conclusiones principales: 1. Las organizaciones deportivas locales ocupan un lugar de notable importancia en el desarrollo del deporte local, siendo esencial para aumentar el número de asociados, el ampliar aún más su dimensión social; 2. A pesar de diferencias verificadas en el número y el género de los encuestados, no hubo diferencias significativas entre hombres y mujeres en los indicadores inferenciales establecidos; 3. La asignación de un cuerpo específico del área deportiva potenciará la implementación de políticas deportivas más democráticas y participativas.

Palabras Clave: Desporto, Desenvolvimento, Organizações desportivas, Autarquia, Agentes desportivos

ABSTRACT

The image of the current Sports reveals a wide variety of facets, edges and directions, as well as field of socialization, education and training in human factor. According to these factors, the current study is based on municipalities and on its intimate connection with local Sport, highlighting the characterization of the municipal sport agents in the district of Viseu. To achieve the study we surveyed the 24 municipalities that complete the district, revealing their position in local sport promotion. The main findings were: 1. The local sports organizations occupy a place of marked importance in the development of the local Sport, being essential to increase the number of members to expand its social dimension; 2. Although the dissimilarities verified in the number and gender of respondents, there were no significant differences between men and women in the established inferential indicators; 3. The assignment of a specific body of the sport area potentiate implementation of more democratic and participatory sports policies.

Keywords: Sport; Development, Sport organizations, Autarchy; Sport agents

INTRODUÇÃO

Desporto e desenvolvimento humano

Como fenómeno cultural e social, é inevitável a presença do Desporto na vida humana. Aliás, de acordo com Bento (2005), negligenciar a sua importância equivale a ignorar a função que lhe corresponde como modelador da civilização e da vida em sociedade, sendo o maior movimento social do mundo (Bento, 2012b). De facto, ainda que o Homem o desconhecesse, o Desporto sempre participou das suas atividades rotineiras e de sobrevivência, fosse na procura de alimentos (caça), na ultrapassagem de obstáculos e barreiras naturais ou na fuga a outros predadores.

Possuindo impacto no desenvolvimento humano através de uma dimensão projeto que suporta as dimensões: cinéticas (movimento), lúdica (prazer), agonística (competição) e institucional (normas, valores e regras), evidenciado no modelo pentadimensional de Pires (2005), o Desporto assemelha-se a um “espelho da sociedade” (Azevedo, 2014, p. 39). E, por isso, compartilhamos da opinião de Carvalho *et al.* (2012, p. 122), quando referem ser “erro crasso” separar o Desporto dos vários contextos que o incorporam como, por exemplo, o social, educativo, político ou económico. Fica, pois, clara a vinculação do Desporto a uma normatividade pedagógica de acentuado cariz ético e antropológico. As atividades desportivas são excelentes espaços de formação, educação e desenvolvimento da personalidade do Homem, e por isso, continente de realização superior da existência e essência humanas (Eira, 2014). Na linha de pensamento desta analogia de “espelho”, a transformação do Desporto deriva da Revolução Industrial, provocando o desenvolvimento deste fenómeno com a sua expansão a atingir naturalmente proporções mundiais, tornando-se assim valioso pelos sentimentos que nos desperta, pelos ideais, princípios e valores que nele investimos e pelas finalidades e funções com que o instrumentalizamos (Bento, 2004).

Políticas desportivas

As políticas públicas de apoio ao desporto passam, atualmente, por dificuldades no plano conceptual e no domínio operacional e os sistemas de regulamentação não têm acompanhado o desenvolvimento do Desporto (Carvalho *et al.* 2012; Constantino, 2006), parecendo haver nos “sistemas desportivos fenómenos novos para os quais as soluções políticas tradicionais já não são suficientes” (Constantino, 2006, pp. 98-99). Os responsáveis pela criação das diversas políticas públicas estabelecidas deverão, no entender de Correia (2009), suportar-se no primordial princípio da acessibilidade dos cidadãos à prática desportiva. Tal é possível quando as intenções das comunidades desportivas “culminam num objetivo comum: promover a igualdade e aumento da qualidade no acesso ao Desporto, sendo este o princípio condicionante dos difusores de desenvolvimento desportivo” (Azevedo, 2014, p. 190).

Nesse sentido, é formulada, em 2007, a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD), Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, revogando a Lei de Bases do Desporto até aí vigente, a qual, segundo Carvalho *et al.* (2012, p. 54), “surgiu com o objectivo de enfatizar o propósito do governo em apoiar a prática desportiva regular e de alto rendimento - o denominado desporto - mas também criar condições para se promover e desenvolver, entre a população em geral a actividade física enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e do bem-estar”. Assim, as potencialidades do desportivo tornam-no um significativo instrumento para o desenvolvimento global da pessoa e um fator mais útil que nunca para a construção de uma sociedade mais à medida do Homem, tornando-se, neste sentido, um veículo de civilização (Eira, 2014).

O Desporto local

Com efeito a LBAFD, assentando num compromisso nacional de aumento dos índices de prática desportiva, suporta-se no seu artigo 5º., com a Epígrafe Princípios da coordenação, da descentralização e da colaboração, para atribuir competências e descentralizar (articuladamente) o poder central ao nível local, criando o enfoque nas autarquias que se tornam agentes de crucial importância, como entidades que se ocupam da “percepção, da organização e da viabilização da melhor satisfação possível das necessidades dos cidadãos” (Bento, 2012a, p. 25).

Tal releva a importância fundamental da autarquia que decorre da sua autonomia para exercer funções representativas do próprio Estado num contexto menos alargado mas, ao mesmo tempo, vantajoso uma vez que se encontra mais próxima do cidadão. Não obstante, não se esgotam aqui as atribuições da autarquia nem a sua relevância, pelo que o Desporto e os tempos livres são igualmente consagrados neste panorama, segundo Pereira (2012), pela constituição dos Decretos-leis n.º 159/99, de 14 de setembro (estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais - revogado pelo Decreto-lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) e n.º 169/99, de 18 de setembro (estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias - atualizado pela Retificação n.º 9/2002, de 05 de março).

A necessidade de definição e enquadramento jurídicos anteriormente referenciados, tal como a de regulamentação do Desporto na sua globalidade, traduz a dedicação dos agentes desportivos na orientação do desenvolvimento de políticas adequadas ao cumprimento da missão autárquica no âmbito do Desporto. Figueiredo (2006, p.38) elogia, assim, a autarquia que possui um “papel central de pensamento estratégico sobre o Desporto local”, ao mesmo tempo que “consegue atravessar horizontalmente o Desporto através da promoção de melhores condições (quantidade e qualidade) de prática das actividades físicas”.

Todos os indicadores anteriormente referidos concorrem para a (crescente) importância atribuída ao papel da autarquia, pelo que no nosso país existem, de acordo com Pereira (2012), bons exemplos e boas práticas neste contexto. Não obstante, o contexto dita o conjunto de medidas e intervenções a adotar por parte das organizações desportivas, de modo a que as mesmas consigam responder, com sucesso, às características e necessidades das suas populações, as quais devem ser entendidas “no seu todo” (Pereira, 2012, p. 207). Esta ideia é corroborada por Gordinho (2004, p.14), quando enuncia que “a missão principal das autarquias consiste em criar, melhorar e aumentar as condições de acesso da população à prática do desporto através da atractividade, segurança e enquadramento técnico das suas condições de prática” (...) “cada Concelho ou freguesia constituem realidades muito próprias, sendo por isso necessário adoptar medidas que melhor se adequem a cada caso, relativamente às motivações, aspirações e necessidades das populações (Gordinho, 2004, p.12)”. De acordo com os vetores nos quais assentam as políticas desportivas, relevamos o da “Formação Desportiva” que consideramos basilar no presente estudo, uma vez existirem indicadores de crescimento do número de agentes e profissionais de Desporto a trabalhar nestas organizações (Pereira, 2012).

Os agentes desportivos locais

Nas linhas de raciocínio anteriores, o nosso estudo adquire robustez na proposta de Sousa (2006) que, de forma contínua, remete para a intenção de “organizar processos de levantamento e tratamento de dados em relação àquilo que se passa nas Câmaras Municipais, sendo fundamental as autarquias evoluírem no sentido de encontrar a melhor forma de gerir o conhecimento que vai sendo produzido e acumulado pelos responsáveis políticos, técnicos e funcionários” e, simultaneamente, na perspetiva de Constantino (1990), que alerta para a preocupação emergente na qualidade do exercício da criação de condições de acesso à prática desportiva. Dito de outra forma, a aposta na formação de agentes desportivos e, sobretudo, na sua qualidade torna-se condicionante do acesso generalizado (e com sucesso) à prática desportiva. Estas comunidades desportivas intencionais são o cerne de qualquer organização, tornando-se responsáveis pelas ações de alcance de níveis de produtividade e qualidade o mais elevados possível, de acordo com o seu enquadramento técnico (adequado) correspondente. Desta forma, um desenvolvimento desportivo com qualidade implicará necessariamente a definição de linhas orientadoras de políticas desportivas municipais atualizadas, inovadoras e ajustadas à realidade em questão (Saldanha, 2006).

Se na década anterior, Ferreira e Nery (1996) referiam a existência de autarquias sem qualquer técnico ou serviço desportivo, perguntamos: terá a conjuntura atual sofrido alguma evolução? Com efeito, a presente investigação decorre no sentido de caracterizar os agentes desportivos autárquicos do distrito de Viseu, de acordo com indicadores próprios, averiguando acerca das diferenças salientadas pelos recursos humanos em diferentes vetores inferenciais.

MÉTODO

Participantes

O grupo de estudo foi composto pelas comunidades intencionais das 24 autarquias que compõem o distrito de Viseu, cujo critério de inclusão consistiu na pertença, como recurso humano, à organização autárquica afetada à ação desportiva comunitária.

Instrumento

O instrumento de pesquisa utilizado é da autoria de Azevedo (2014), previamente construído e validado para o efeito. O questionário é constituído por duas partes, sendo a primeira informativa, ao mesmo tempo que é caracterizadora pois contempla a identificação e respetivo conjunto de informações acerca do inquirido, como idade, género, habilitações literárias, área de formação e experiência profissional. Para finalizar a primeira parte, são recolhidas informações relacionadas com o enquadramento do inquirido na estrutura, concretamente a sua antiguidade na mesma, posição hierárquica e afetação, se existente, no quadro da organização. Salientamos que, no presente estudo, apenas faremos uso da primeira parte do instrumento, uma vez que a segunda permite a recolha de informação que foge do âmbito da análise em questão.

Procedimentos

Na primeira fase de validação (inerente apenas à primeira parte do questionário e a que utilizámos para este efeito), a intenção foi a de aumentar a inteligibilidade e compreensão do instrumento (validação de conteúdo), pelo que o mesmo foi sujeito à apreciação por oito especialistas, com intervenção na Gestão do Desporto, habilitação de Doutor(a) e/ou currículo relevante na área. Ainda que tenha existido concordância nos itens apresentados, as alterações relativas à primeira parte foram as seguintes: a) à grelha inicial de apresentação do questionário foi acrescentada informação relativamente aos fins a que se destinou o instrumento; substituiu-se o termo “fundamental” por “preciosa”; b) retiraram-se trechos de texto que se consideraram complexos, no que se refere à apresentação dos objetivos do estudo e do pretendido a analisar; a título de exemplo, exclui-se o termo “tese”, acrescentou-se o termo “principal” a objetivo, transformou-se o termo “contribuirão” em “poderão contribuir”; c) ao item 3 foram acrescentados os graus de Mestre e Doutor; d) ao item 4 foi acrescentada a área de Desporto; e) ao item 5, acrescentou-se (...) “na atividade referida anteriormente...”; f) no item 6, a escala a utilizar foi alterada para ser sempre a mesma e o mesmo número de anos constado em apenas um dos intervalos; g) no item 7, para não criar dúvidas de preenchimento deve ser explícito, nos cargos existentes em cada opção, os relacionados com a organização desportiva; h) no item 8, acrescentou-se, no caso de “afetação ao quadro”, o tempo (número de anos) correspondente a essa posição.

No que concerne aos aspetos metodológicos conducentes à organização e obtenção dos dados a tratar posteriormente, ou seja, no referente ao protocolo de aplicação do instrumento, há necessidade de enumerar e caracterizar os vários procedimentos utilizados, os quais passamos a enunciar: a) levantamento dos endereços, contactos telefónicos e respetivos correios eletrónicos das autarquias através da pesquisa na Internet; b) realização de reuniões com os diferentes responsáveis autárquicos para apresentar os objetivos do estudo e, sobretudo, solicitar autorização para a sua realização; c) entrega pessoal do questionário, prevalecendo o anonimato do inquirido, a confidencialidade das respostas e a ausência do investigador durante o período de preenchimento para não condicionar as respostas; d) recolha igualmente pessoal dos questionários, entre 15 a 30 dias após a entrega.

Análise Estatística

Para proceder às análises descritiva e inferencial dos dados, recorreremos à versão 22 do *IBM Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), fixando o intervalo de confiança em 95%, definindo assim o nível de significância do estudo (*p-value*) em 0.05.

RESULTADOS

De acordo com o grupo de estudo descrito anteriormente, assim como os respetivos critérios de inclusão, seguidamente resumimos, na Tabela 1, a distribuição dos inquiridos por organização desportiva e principais características, correspondentes à primeira parte do instrumento de pesquisa adaptado. No que concerne a taxas de retorno de questionários não preenchidos, Alreck (1995) e Bravo (2001) apelidam de “raras” as taxas que rondam os 30% e 40%, uma

No respeitante à segunda fase de análise, numa perspetiva mais inferencial do que descritiva, após a definição das variáveis e de acordo com as comparações entre grupos possíveis de concretizar, a Tabela 2 possibilita constatar, através dos testes de normalidade de *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk*, que os dados não seguem uma distribuição normal a um nível de significância de 0.05, remetendo-nos assim para a utilização de técnicas não-paramétricas para comparar os grupos (“género”), no que concerne às variáveis abaixo assinaladas.

Tabela 2. Testes de normalidade para as variáveis “idade”, “experiência anterior”, “experiência profissional” e “tempo de afetação” (comparação de “géneros”)

	Género	Kolmogorov-Smirnov ^a	Shapiro-Wilk
		Sig.	Sig.
Idade	Feminino	0.20	0.32
	Masculino	0.00	0.00
Experiência anterior	Feminino	0.20	0.09
	Masculino	0.00	0.00
Experiência profissional	Feminino	0.20	0.04
	Masculino	0.08	0.05
Tempo de afetação	Feminino	0.08	0.01
	Masculino	0.01	0.00

^aLilliefors correction

Por sua vez, os testes de *Mann-Whitney* (Tabela 3), adequados às comparações em questão, possibilitam inferir que, a um nível de significância de 0.05, não existem diferenças significativas entre géneros, no que concerne às variáveis expostas.

Tabela 3. Testes de Mann Whitney (comparação de “géneros”)

	Idade	Experiência anterior	Experiência profissional	Tempo de afetação
Sig.	0.82	0.45	0.30	0.16

Atentando à

Tabela 4 como suplemento da anterior, corroboramos os respetivos resultados, visualizando com mais pormenor que homens e mulheres são semelhantes no que se refere às características em questão. Ambos os géneros possuem uma média de idades aproximada dos 33 anos e, embora as mulheres se revelem mais experientes que os homens, tal diferença não é significativa, uma vez que a média feminina ronda os 8.5 anos de experiência e, a masculina, 8 anos. Aliás, ainda que ligeiramente mais experientes no âmbito profissional, as mulheres revelam menor experiência na atividade anterior que os homens, ou seja, menor número de anos em outras organizações, ainda que essa diferença também não seja significativa (2.67 e 4.84 respetivamente). Por fim, a análise do “tempo de afetação” segue a mesma tendência que as anteriores pois, apesar de os homens estarem mais tempo afetos aos quadros das respetivas organizações (@ 8 anos) do que as mulheres, a diferença não é significativa (@ 6 anos).

Tabela 4. Medidas de tendência central e dispersão das variáveis “idade”, “experiência anterior”, “experiência profissional” e “tempo de afetação”

		Idade	Experiência anterior	Experiência profissional	Tempo de afetação
Média	Masculino	33.33	4.84	7.54	7.65
	Feminino	32.90	2.67	8.46	5.50
Moda	Masculino	34.00	2.00	6.00	1.00
	Feminino	31.00	1.00	6.00	1.00
Desvio Padrão	Masculino	6.80	5.96	4.81	5.87
	Feminino	5.77	1.37	4.60	4.87
Mínimo	Masculino	22.00	1.00	1.00	0.00
	Feminino	23.00	1.00	3.00	1.00
Máximo	Masculino	61.00	29.00	28.00	26.00
	Feminino	50.00	4.00	22.00	16.00

Tabela 5. Testes de Qui-Quadrado (comparação de “géneros”)

X ²	Habilitações literárias	Área de Especialização	Antiguidade na organização	Posição Hierárquica	Afetação no quadro
Sig.	-	-	-	-	0.46

Tabela 6. Medidas de tendência central e dispersão das variáveis “habilitações literárias”, “área de especialização”, “antiguidade na organização” e “posição hierárquica”

Género		Habilitações literárias	Área de Especialização	Antiguidade na organização	Posição Hierárquica
Feminino	Moda	2.00	5.00	0.00	1.00
	Mínimo	1.00	1.00	0.00	0.00
	Máximo	4.00	7.00	4.00	2.00
Masculino	Moda	2.00	5.00	6.00	1.00
	Mínimo	0.00	0.00	1.00	0.00
	Máximo	5.00	7.00	6.00	2.00

De modo a finalizar o processo de análise dos resultados, o nosso foco volta-se agora para as variáveis “habilitações literárias”, “área de especialização”, “antiguidade na organização”, “posição hierárquica” e “afetação no quadro” (Tabela 5). Na medida em que o teste de Qui-Quadrado se torna agora válido de aplicação, o mesmo apenas pode ser interpretado no estudo da “afetação no quadro”, uma vez que não são cumpridos os requisitos dos testes citados nas restantes variáveis.

Não obstante, continua a demarcar-se a ausência de diferenças significativas entre géneros no referente à “afetação no quadro”, isto é, no número de recursos que transitam, ou não, para os quadros inerentes às organizações desportivas, inferência confirmada pela anterior, neste caso quando se analisou igualmente o “tempo de afetação”. Porém, torna-se ainda possível, na Tabela 6, tecer considerações, no espetro descritivo, acerca das restantes variáveis acima mencionadas.

Os Profissionais de ambos os géneros são possuidores de habilitações literárias igualmente próximas, porém, verificamos que não existem mulheres com grau de Doutor nos inquiridos, ao contrário dos homens.

Não obstante, existem homens cuja habilitação não ultrapassa os ensinamentos básico e/ou secundário, enquanto as mulheres são, no mínimo, licenciadas. Relativamente à “área de especialização”, a mais consistente é a de Profissional de Educação Física, pelo que o intervalo é grande para ambos os géneros neste âmbito, onde os homens conseguem englobar todas as categorias disponibilizadas no questionário. No que diz respeito à “antiguidade na organização” (em escala de intervalo), depreendemos que a introdução das mulheres no âmbito organizacional é mais recente, na medida em que as mais antigas não ultrapassam o intervalo entre 21 e 25 anos, ao contrário dos homens que atingem todos os níveis da escala, ou seja, mais de 31 anos de serviço. Porém, estes indicadores são residuais uma vez que a sua significância não pode ser comprovada pelos testes de comparação efetuados anteriormente. Como tal, não é possível verificar a validade destas considerações. Finalmente, relativamente à posição ocupada na organização desportiva, ambos os géneros tendem a ocupar todos os cargos apresentados, desde a função de monitor desportivo até à vereação do Desporto.

DISCUSSÃO

Atendendo ao exposto, voltamos a enfatizar que, apesar de se verificarem diferentes valores entre géneros em determinados vetores, os testes aplicados permitem inferir que não existem diferenças significativas entre as comunidades desportivas no que se refere ao conjunto de variáveis condicionantes das suas intenções e ações. Tal impele-nos a apontar o contexto (no qual se inserem as organizações desportivas) como catalisador ou inibidor das diferenças nas estruturas, consubstanciadas na variância de recursos humanos existentes e respetivos indicadores característicos, exigindo paradigmas de desenvolvimento desportivo diferentes, ou seja, adequados às necessidades das respetivas populações.

Desta forma, é necessário organizar, com regularidade, processos que visem tratar dados inerentes às autarquias, como forma de gerir conhecimentos acerca do que é acumulado pelos seus atores intencionais, sendo este um dos motivos condutores da nossa pesquisa. Neste propósito, o estudo efetuado por Ferreira e Nery (1996) revelou a existência de autarquias com um número reduzido de técnicos responsáveis pela gestão de serviços de animação e/ou orientação técnica de atividades desportivas e recreativas propostas pelas próprias organizações. Por seu lado, Pires (1996) verificou que cerca de 35.6% das organizações desportivas autárquicas possuíam agentes desportivos, no entanto, apenas 16.5% desses eram detentores de graus superiores. Num passado recente, no distrito de Viseu, constatámos que o número de recursos ligados ao Desporto local aumentou comparativamente ao panorama anterior, o que possibilita o aumento da disponibilidade e diversidade de atividades e serviços desportivos possíveis de implementar na cidade. Por outro lado, o grau de formação desses agentes desportivos aumentou igualmente, na medida em que a formação especializada, no que concerne a graus superiores, atinge a habilitação de Doutoramento, no nosso contexto. Esta evolução é especialmente perceptível quando comparada com o estudo de Constantino (1994), que verificou a inexistência de técnicos especializados em 46% das autarquias analisadas e que possuíam pelouros de Desporto. Estes valores contrastam (substancialmente) com os 86.1% de recursos especializados das organizações do distrito de Viseu, dos quais 67.5% são “Profissionais de Educação Física/Desporto”.

Num período mais recente, Costa (2002) revelou que a quantidade de gestores desportivos, de 2000 para 2002, aumentou em cerca de 23,6%, contudo, as (236) autarquias analisadas não demonstraram grande preocupação em integrar gestores desportivos nos seus quadros. Os dados recolhidos no nosso estudo parecem concordar com os anteriores uma vez que, da percentagem elevada de técnicos desportivos especializados, apenas 9.3% compreende gestores desportivos. Parece-nos que o aumento, quantitativo e sobretudo qualitativo, das comunidades desportivas no distrito de Viseu poderá ser crucial no combate às assimetrias de acesso às atividades desportivas, como evidenciado no estudo de Cálão (2003), no concelho de Viseu, visto competir à autarquia, como representante (local) do poder central (Estado), gerir o grau de evolução do cenário desportivo da cidade, de acordo com os recursos existentes e, paralelamente, a evolução da cultura desportiva global.

Com efeito, a formação de agentes desportivos não poderá ser descurada, à semelhança do que acontecia, a título de exemplo e segundo Fougo (2006), em Gondomar, apesar desta autarquia apoiar o movimento associativo. De acordo com o mesmo autor, Gondomar não era capaz de dar resposta ao denominado “Desporto para todos” o que, no âmbito local, nos parece vital para o desenvolvimento desportivo. Daí que os profissionais desta área se tornem presença cada vez mais assídua no seio organizacional, assim como o respetivo processo de formação/especialização dos mesmos, concretamente no que concerne ao conjunto de competências associadas a estes agentes desportivos (Izquierdo; Castillo; Sancho; Abella; 2007; Pascual; Romo; Garcia; Jimenez, 2006; Bastos, 2006; Nunes, 2004; Duarte, 2004; Costa, 2002). Segundo o estudo de Joaquim (2010), no contorno do perfil de competências dos técnicos de Desporto do distrito de Viseu, as funções mais valorizadas por estes agentes são inerentes às dimensões da docência, planeamento, coordenação e avaliação. Por seu

lado, a mesma autora conclui também que os técnicos sobrevalorizam a experiência e formação contínua na resolução de problemas e na construção do seu perfil profissional. Nesta linha de pensamento, o esforço deverá ser efetuado no sentido de unir um desenvolvimento de qualidade técnica dos recursos com uma evolução sustentável do Desporto. O mesmo será dizer que, enquanto responsável pela coordenação de projetos e promoção de atividades físicas e desportivas, o agente desportivo municipal deverá estar preparado para os condicionantes do contexto, de modo a possibilitar o acesso continuado dos cidadãos à prática desportiva, num enquadramento ajustado à realidade.

CONCLUSÕES

O presente nível de caracterização reclama a descrição dos balizamentos encontrados no estudo da amostra. Primeiramente, quando questionadas acerca do número de recursos humanos afetos ao desporto de que dispõem, as autarquias não apresentaram nenhum registo concreto, apontando para números aproximados dos que julgam ser os efetivamente ativos, o que nos conduziu a perspetivar um universo de análise composto por 277 agentes desportivos.

Este fator remete para o problema de representatividade do grupo de estudo, ainda que a investigação permita apontar para princípios explicativos da realidade. Paralelamente, considerando que o processo de representatividade requer a estratificação proporcional e, como tal, o acautelamento da expressividade dos interlocutores privilegiados respondentes de cada concelho, o acentuado declive entre contextos não possibilitou tal ato profilático. Se em alguns conselhos foi possível auscultar, no máximo, 15 técnicos, em outros apenas 1.

Não obliterando que as organizações ocupam, com demarcada importância, lugar na evolução social pela presença constante, aos mais diversos níveis, no ambiente atual, aumentar o número de agentes desportivos é fundamental para expandir igualmente a sua dimensão sócio-desportiva. Neste sentido, o presente estudo pode revelar-se pertinente ao estabelecer-se como ponto de partida para uma comparação mais alargada em outros distritos e/ou até mesmo a nível de todo o país, com o intuito de observar e compreender outros contextos. Tal permitirá auxiliar nas decisões que visam a repartição e atribuição dos diferentes recursos humanos dedicados ao desenvolvimento desportivo local, com base nas necessidades reais dos diferentes envolvimento. Do mesmo modo, permitirá assistir os processos de contabilização efetiva dos agentes desportivos e atenuar a dúvida e “resistência” encontradas quando da inquirição no distrito de Viseu.

Acompanhando o anterior contingente, o de especialização é igualmente reclamado pela Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e reforçado agora, emergindo acima de qualquer indicador de atribuição/inibição de competências. Neste contexto, o género como indicador estabelecido na presente investigação não se revelou expressivo pois, ainda que apuradas dissemelhanças no número e género dos inquiridos, não se verificaram diferenças significativas entre homens e mulheres nos vetores inferenciais estabelecidos.

De acordo com as diversas organizações desportivas, elogia-se o departamento autárquico local, no desempenho da fulcral missão de impulsionar o sucesso desportivo, pelo que a distinção da sua relevância encontra-se consubstanciada no aumento progressivo da literatura acerca do tópico em questão. Constitui motivo principal das organizações desportivas autárquicas, a “desportivização” das massas, conduzindo ao bem-estar e melhoramento da saúde (física e mental) das populações, o que impele a definição das alçadas dos diferentes protagonistas e agentes desportivos. Daí surge a necessidade de atribuição de um setor adequado e destinado, dentro da orgânica das Autarquias, ao Desporto, com recursos humanos devidamente apontados para levar a cabo o seu desenvolvimento e obtenção de sucesso através da gestão dos processos inerentes ao objetivo em questão, implicando intenções a respetivas ações que conduzam à execução de políticas desportivas definidas para o efeito.

REFERENCIAS

1. Alreck, P. (1995). Survey reasearch handbook. *EUA: Richard D. Irwin.*
2. Azevedo, A. M. T. (2014). Análise Institucional das Organizações Desportivas - A Intencionalidade Desportiva das Autarquias do Distrito de Viseu. *Tese de Doutoramento em Gestão do Desporto - Ciências do Desporto (não publicada). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal.*
3. Bastos, F. (2006). Perfil do administrador esportivo de clubes sócio-culturais e esportivos de São Paulo/Brasil. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, Volume 1, Suplemento 5, 13-22.*
4. Bento, J. (2004). Desporto. *Discurso e substância. Porto: Campo das Letras.*
5. Bento, J. (2005). Um compromisso nacional. *Comunicação apresentada ao Congresso do Desporto - Instituto de Desporto em*

- Portugal – Para um país desportivo. EXPONOR (12 dezembro 2005). Matosinhos, Portugal.
6. Bento, J. (2012a). Acerca do corpo: Um ensaio com incidência na política autárquica. In J. O. Bento, & J. M. Constantino (Coords.), *Desporto e Municípios – políticas, práticas e programas* (pp. 23-37). Lisboa: Visão e Contextos.
 7. Bento, J. (2012b). Pelo regresso do desporto: ensaio epistemológico. In J. O. Bento, & W. W. Moreira (Orgs.), *Homo Sportivus. O Humano no Homem* (pp. 14-111). Belo Horizonte: Instituto Casa da Educação Física.
 8. Bravo, S. (2001). Técnicas de investigación social: teoría y ejercicios. Madrid: Paraninfo Thomson learning.
 9. Cálão, P. M. L. (2003). Oferta e procura desportiva no Concelho de Viseu. *Dissertação de Mestrado em Gestão do Desporto - Ciências do Desporto (não publicada)*. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Portugal.
 10. Carvalho, M.; Resende, C.; Cirac, M. & Costa, J. (2012). Desporto, Política e Direito: Do passado e da atualidade – Enfoque nas autarquias locais. In J. O. Bento, & J. M. Constantino, (Coords.), *Desporto e Municípios – políticas, práticas e programas* (pp. 39-71). Lisboa: Visão e Contextos.
 11. Constantino, J. (1990). Políticas de Desenvolvimento Desportivo nas Autarquias. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
 12. Constantino, J. (1994). Desporto e Municípios - Cultura Física. Lisboa: Livros Horizonte.
 13. Constantino, J. (2006). Geometria de Equívocos. Lisboa: Livros Horizonte.
 14. Correia, J. (2009). Políticas públicas e desenvolvimento do desporto. In J. O. Bento, & J. M. Constantino (Eds.), *O Desporto e o Estado: ideologias e práticas* (pp. 7-44). Porto: Edições Afrontamento.
 15. Costa, P. X. B. (2002). Conteúdo Funcional do Gestor de Desporto Municipal. *Dissertação de Mestrado em Gestão do Desporto - Ciências do Desporto (não publicada)*. Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.
 16. Decreto-lei n.º 159/99, de 14 de setembro (Quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais). Lisboa.
 17. Decreto-lei n.º 169/99, de 18 de setembro (Quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias). Lisboa.
 18. Duarte, J. A. (2004). Perfil funcional do dirigente desportivo: estudo efectuado em escalões de formação na modalidade de futebol no distrito de Setúbal. *Dissertação de Mestrado em Gestão do Desporto - Ciências do Desporto (não publicada)*. Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.
 19. Eira, P. A. M. (2014). A escola, a família e os contextos na formação para o lazer. *Tese de Doutoramento em Sociologia do Desporto - Ciências do Desporto (não publicada)*. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Portugal.
 20. Ferreira, M. & Nery, P. (1996). Desporto e Autarquias – Planificação e Programação Desportiva para o Desenvolvimento. Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
 21. Figueiredo, A. (2006). A Comunidade Desportiva Intencional como Objecto de Investigação e Desenvolvimento na Gestão do Desporto. *Revista Portuguesa de Gestão do Desporto, Volume 3, Suplemento 2, 24-41*.
 22. Fougo, J. M. V. (2006). O Desporto no contexto autárquico – Levantamento e análise da situação desportiva do Concelho de Gondomar. *Dissertação de Mestrado em Gestão do Desporto - Ciências do Desporto (não publicada)*. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Portugal.
 23. Fox, D. (1987). El proceso de investigación en educación. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.
 24. Gordinho, C. (2004). O Desenvolvimento Desportivo Local. *Quais as Competências dos Municípios? Revista Horizonte, Volume 19, Suplemento 113, 10-14*.
 25. Izquierdo, A.; Castillo, J.; Sancho, J.; & Abella, C. (2007). Los profesionales de la organización y gestión de actividad física y deporte en las instalaciones deportivas y entidades: características socio-demográficas y formativas. *Internacional Journal of Sport Science, Volume 3, Suplemento 8, 25-38*.
 26. Joaquim, B. A. S. (2010). Gestores de Desporto: Competências e Funções - Do enquadramento legal à realidade dos Técnicos Superiores de Desporto do Distrito de Viseu. *Dissertação de Mestrado em Gestão do Desporto - Ciências do Desporto (não publicada)*. Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Portugal.
 27. Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto). Acedido de http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Lei_5_2007.pdf.
 28. Nunes, J. B. (2004). Intervenção do gestor do desporto municipal na construção dos espaços e infra-estruturas. *Dissertação de Mestrado em Gestão do Desporto - Ciências do Desporto (não publicada)*. Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.
 29. Pascual, C.; Romo, G.; Garcia, J.; & Jimenez, A. (2006). Competencias profesionales del licenciado en ciencias de la actividad física y del deporte. *Motricidad: Revista de Ciencias de la Actividad Física y del Deporte, Volume 15*.
 30. Pereira, E. (2012). O financiamento do desporto e os apoios públicos ao associativismo local. In J. O. Bento, & J. M. Constantino (Coords.), *Desporto e Municípios – políticas, práticas e programas* (pp. 205-218). Lisboa: Visão e Contextos.
 31. Pires, G. (1996). Desporto e Política: Paradoxos e Realidades. *Imprensa Regional da Madeira*.
 32. Pires, G. (2005). Gestão do Desporto – Desenvolvimento Organizacional – Da Educação Desportiva à Alta Competição. Porto: APOGESD.
 33. Saldanha, J. J. B. (2006). Os hábitos e os consumos de desporto como contributo para uma gestão desportiva municipal eficaz: Estudo de caso no Concelho de Redondo. *Dissertação de Mestrado em Gestão do Desporto - Ciências do Desporto (não publicada)*. Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.
 34. Sousa, G. (2006). Desporto e Mudança Institucional. *Revista Portuguesa de Gestão do Desporto, Volume 3, Suplemento 2, 2-3*.
 35. Sousa, G. (2006). O papel das Autarquias no Desenvolvimento Desportivo. *Revista Horizonte, Volume 21, Suplemento 121, 24-25*